



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

ATA nº 012/08

PROCESSO n.º 1320/08

LICITAÇÃO nº 063/08 – Pregão Eletrônico

VALIDADE: até 29/09/2009

Aos 30 dias do mês de setembro de 2008, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, com sede em Belo Horizonte/MG, na Av. Afonso Pena nº 1420 e Rua Goiás nº 229, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 21.154.554/0001-13, nos termos do estabelecido pela Lei Federal nº 10.520, de 17.07.02, pelas Leis Estaduais nº 13.994, de 18.09.01, nº 14.167, de 10.01.02, pelos Decretos Estaduais nºs 44.786 e 44.787 de 18.04.08, nº 44.431, de 29.12.06 e suas alterações posteriores, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21.06.93, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador SÉRGIO ANTÔNIO DE RESENDE, a seguir denominado **TRIBUNAL**, resolve registrar os preços das empresas abaixo identificadas, a seguir denominadas simplesmente **FORNECEDORES**, observadas as disposições do Edital e as cláusulas deste instrumento.

FORNECEDORES:

Lote 01 - CARLA DO NASCIMENTO GUIMARÃES & CIA LTDA, com sede na Rua Dr. João Teixeira Qd 24 Lt 34, em Luziânia - GO, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 07.570.754/0001-26, neste ato representada por seu representante legal, Sr. Gilberto Nascimento Pimenta, residente em Luziânia - GO, na Rua 05, Qd 05, Lt. 22 - Mandú II, portador da Carteira de Identidade n.º 2.376.483 - SSPDF, CPF n.º 355.320.171-15;



Lote 02 - FRIOMINAS MÁQUINAS, REPRESENTAÇÕES LTDA, com sede na Av Dom Pedro II, nº 2.400, Bairro Carlos Prates, em Belo Horizonte - MG, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.249.095/0001-84, neste ato representada por seu representante legal, Sr. Guilherme Robson de Carvalho, residente em Pedro Leopoldo - MG, na Rua José Pereira Fernandes nº 30, Bairro Maria Cândida, portador da Carteira de Identidade n.º M 2.983.913 SSP/MG, CPF n.º 467.325.356-68 e Sr(a) Rita de Cássia Carvalho Castro, residente em Belo Horizonte-MG, na Rua Horta Barbosa nº 934, Aptº. 201, Bairro Nova Floresta, portador da Carteira de Identidade n.º M2.091.573, CPF n.º 315.144.306-06;

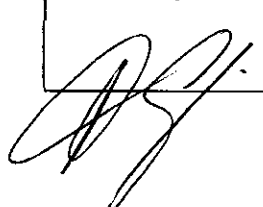
Lote 03 - TEMPERCLIMA - COMÉRCIO E SERVIÇOS EM EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO E AR CONDICIONADO LTDA, com sede na SHCGN Quadra 704 /5 Bloco H, Loja 17 Asa Norte, em Brasília-DF, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.603.174/0001-12, neste ato representada por seu representante legal, Sr. Ricardo Guerra Chaves, residente em Sobradinho-DF na Quadra 05, Conjunto B, Casa 51, portador da Carteira de Identidade n.º 761.775 SSPDF, CPF n.º 279.584.851-15;

Lotes 04, 05 e 06 – ARCONGEL REFRIGERAÇÃO SOARES LTDA, com sede na Rua Ituiutaba, nº 295, Bairro Prado, em Belo Horizonte - MG, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.262.395/0001-01, neste ato representada por seu representante legal, Sr. José Costa de Faria, residente em Belo Horizonte-MG, na Rua Rio Claro, nº 436, Bairro Prado, portador da Carteira de Identidade n.º M1.601.257 SSPMG, CPF n.º 008.692.796-53.

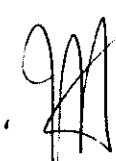
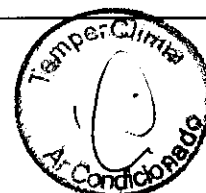
DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a aquisição de condicionadores de ar "tipo "janela" especificado no Anexo I do Edital e proposta da Contratada apresentada à Licitação 063/2008 – Pregão Eletrônico.

1.1. Este instrumento não obriga o Tribunal a adquirir os produtos nele registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitação específica para aquisição de um ou mais itens, obedecida a legislação pertinente, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência.



2



DOS PREÇOS

CLÁUSULA SEGUNDA. Os quantitativos, marcas, preços e fornecedores registrados encontram-se relacionados no Anexo I desta Ata.

DA VIGÊNCIA

[illegible]

DO GERENCIAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA QUARTA. O gerenciamento deste instrumento caberá à Gerência de Compra de Bens e Serviços, para avaliar o mercado constantemente, promover as negociações necessárias ao ajustamento do preço e publicar os preços registrados.

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

CLÁUSULA QUINTA. O Tribunal fará as aquisições mediante a convocação do fornecedor para, no prazo de 03 (três) dias úteis assinar a Autorização de Compra.

5.1 Se o fornecedor recusar-se a assinar o Contrato, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitados as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

CLÁUSULA SEXTA. O prazo de entrega, contado a partir do recebimento da Nota de Empenho pelo fornecedor, será de até 30 (trinta) dias corridos.

6.1 Por acordo entre as partes, o material poderá ser entregue parceladamente, observado o prazo máximo acima, ficando, entretanto, o pagamento condicionado à entrega da totalidade do objeto.

6.2 Local de entrega : Coordenação de Controle de Patrimônio Mobiliário -COPAT, situada à Rua Sócrates Alvim, 10 - Bairro Camargos, BH, no horário de 09:00 às 16:00 horas.

DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

1

CLÁUSULA SÉTIMA. Os materiais serão recebidos na forma prevista no art. 73, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93.

7.1 O recebimento provisório do objeto do contrato não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução e dar-se-á se satisfeitas as seguintes condições:

- a) de acordo com as especificações;
- b) em embalagens originais de fábrica, lacrados e identificados;
- c) nas quantidades corretas e de acordo com o edital;
- d) no prazo, local e horário de entrega previstos neste Contrato.

7.2 O recebimento definitivo dos bens dar-se-á depois da:

- a) verificação física para constatar a integridade dos mesmos.
- b) verificação da conformidade com as quantidades e especificações constantes deste Edital.

7.3 Satisfeitas as exigências anteriores, lavrar-se-á Termo de Recebimento Definitivo, que poderá ser substituído pelo ateste no verso da Nota Fiscal, efetuado por servidores da Coordenação de Controle do Patrimônio Mobiliário – COPAT.

7.4 Caso insatisfatórias as condições de recebimento, será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto rejeitado ser substituído no prazo de 15 (quinze) dias, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas.

7.5 Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará o fornecedor incorrendo em atraso na entrega e sujeita a aplicação das sanções previstas neste Edital.

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

CLÁUSULA OITAVA. Constituem obrigações:

8.1. DO TRIBUNAL

8.1.1 Permitir o acesso do representante ou empregado do fornecedor ao local da entrega desde que devidamente identificado.

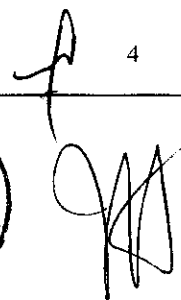
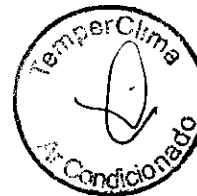
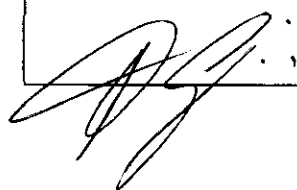
8.1.2 Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais.

8.1.3 Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nesta ata.

8.1.4 Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

8.2. DO FORNECEDOR

8.2.1 Entregar os produtos de acordo com as especificações exigidas no Edital e em consonância com a proposta respectiva, bem como cumprir o prazo de entrega e as quantidades constantes



do Contrato, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula estabelecida nesta Ata.

8.2.2 Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento;

8.2.3 Substituir, no prazo de 08 (oito) dias e sem ônus para o Tribunal os produtos devolvidos em razão de divergências entre o material entregue e as especificações contidas nesta Ata ou, quando for o caso, a amostra apresentada, sujeitando-se, ainda, às sanções cabíveis.

8.2.4 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Tribunal, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao Tribunal, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da Autorização de Compra.

8.2.5 Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

8.2.6 Aceitar nas mesmas condições deste instrumento, os acréscimos que se fizerem nas compras, de até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade do material estimado no Anexo I deste Edital, de acordo com o art. 65, §1º da Lei Federal nº 8.666/93, não sendo necessária a comunicação prévia do Tribunal;

8.2.7 Comunicar imediatamente ao Tribunal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência.

8.2.8 Indenizar terceiros e/ou o Tribunal, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

8.2.9 Manter, durante a vigência desta Ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital.

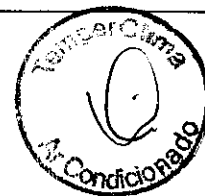
8.2.10 Responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento dos materiais, inclusive frete, seguro, cargas e descargas desde a origem até sua entrega no local de destino;

DO PAGAMENTO

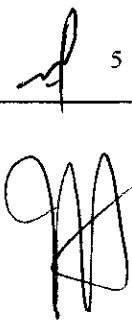
CLÁUSULA NONA. O Tribunal pagará aos fornecedores o valor unitário registrado por item multiplicado pela quantidade solicitada, que constará da Autorização de Compras e da Nota de Empenho.

9.1. No preço unitário estão incluídos todos os impostos, taxas e encargos sociais, além das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, e das despesas com transportes, as quais correrão por conta dos fornecedores.

9.2. Para cada Autorização de Compras, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal, com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação e conseqüentemente lançado nesta Ata.



5



9.3. O fornecedor apresentará a Nota Fiscal à Diretoria Executiva de Engenharia e Gestão Predial - DENGEP, acompanhada dos originais das Certidões de Débito junto ao INSS, FGTS e Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (válidas e regulares).

9.4. O pagamento será depositado na conta bancária do fornecedor até o 5º dia útil após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo ou o ateste no verso da Nota Fiscal.

9.5 Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais ou junto ao cadastro, o Tribunal comunicará ao fornecedor para que regularize a situação.

9.5.1 Na hipótese prevista no subitem 9.5, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, devidamente regularizados.

9.6 O Tribunal se reserva o direito de descontar do pagamento os eventuais débitos do fornecedor, inclusive os relacionados com multas, danos e prejuízos contra terceiros.

9.7 Não serão pagos os materiais fornecidos em desacordo com as especificações que integram esta Ata.

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

CLÁUSULA DÉCIMA. O reajustamento dos preços somente poderá ocorrer após 12 (doze) meses decorridos da data limite para apresentação da proposta, com aplicação do percentual de variação mensal acumulado ao IGPD (FGV), até o mês do reajuste, mediante a concordância das partes.

10.1. Se o preço inicialmente registrado tornar-se superior ao praticado no mercado, o Tribunal negociará com o fornecedor sua redução.

10.2. Se o preço de mercado tornar-se superior ao registrado, o fornecedor, antes de ser convocado a assinar a Autorização de Compra, poderá requerer, por escrito, o cancelamento do registro, devendo anexar ao requerimento comprovantes, como exemplo notas fiscais de aquisição de matérias-primas e lista de preços de fabricantes, de que não é possível cumprir as exigências da Ata de Registro de preços.

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

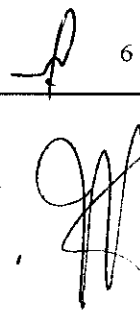
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA. A presente Ata ou o registro de fornecedor específico poderá ser cancelado de pleno direito nas seguintes situações:

11.1. Pelo Tribunal:

- a) quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
- b) quando o fornecedor não assinar o contrato no prazo estabelecido;
- c) quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa do contrato decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aos praticados no mercado;



6



e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pelo Tribunal.

11.2. Pelo Fornecedor:

- a) mediante solicitação por escrito, antes do pedido de fornecimento, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços;
- b) mediante solicitação por escrito, na ocorrência de fato superveniente, decorrentes de caso fortuito ou força maior.

11.3. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.4. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no caderno II do Jornal "Minas Gerais", por duas vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.5. A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Tribunal, facultando-se a este a aplicação das sanções previstas nesta Ata.

11.6. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do fornecedor, relativas ao fornecimento dos itens.

11.7. Ocorrendo rescisão contratual na forma do inciso I, do art. 79, da Lei Federal nº 8.666/93, o Tribunal adotará as medidas ordenadas pelo art. 80, do mesmo diploma legal.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

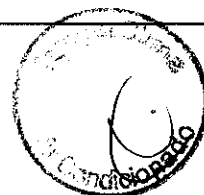
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. Pela inexecução total ou parcial da Autorização de Compra, ou pela inexecução das condições estipuladas, ou execução insatisfatória dos serviços, atrasos, omissão e outras faltas, o fornecedor ficará sujeita às penalidades asseguradas a prévia e ampla defesa:

- a) advertência por escrito ao fornecedor sobre o descumprimento de contratos e outras obrigações assumidas e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;
- b) multas, observados os seguintes:
 - até 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento ou serviço não realizado;
 - até 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento ou serviço não realizado, no caso superior a trinta dias, com a conseqüente rescisão do contrato.
- c) suspensão temporária para participar em licitações promovidas pelo Tribunal e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos, nos termos legais;
- d) impedimento, nos termos do art. 12 da Lei estadual nº 10.520/02.

12.1. O valor da multa aplicada será retido dos pagamentos devidos pelo Tribunal e, caso não sejam suficientes, a diferença será cobrada de acordo com legislação em vigor.

12.2. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste edital.

12.3. As multas e outras sanções administrativas só poderão ser relevadas motivadamente por conveniência administrativa, mediante ato devidamente justificado, expedido pela autoridade competente do TJMG.



DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

b) multa, observados os seguintes limites:

b.1) até 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia, sobre o valor contratado, em caso de atraso na execução do objeto ou na prestação dos serviços, ou pela inexecução parcial da obrigação assumida, limitada a incidência a 30 (trinta) dias. Após o trigésimo dia e a critério da administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b.2) até 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto ou na prestação dos serviços, ou ainda, entregar o material ou executar os serviços em desacordo com as especificações, alterações de qualidade, quantidade e rendimento;

b.3) até 20% (vinte por cento) inexecução total da obrigação assumida, bem como na hipótese de rescisão do contrato prevista no inc. I do art. 79 da Lei Federal nº 8.666/93.

c) suspensão temporária de participar em licitações promovidas pelo tribunal e impedimento de contratar com a administração Pública Estadual, nos termos do art. 6º da Lei nº 13.994/2001 e demais disposições correlatas;

d) declaração de inidoneidade, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93 e do inc. IV do art. 18 do Decreto estadual nº 44.431/06 (alterado pelo Decreto de nº 44.515/07).

13.1. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Tribunal, através da Diretoria Executiva da Gestão de Bens, Serviços e Patrimônio.

13.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

13.3. As aquisições adicionais de que trata o subitem 13.2 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13.4. Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão a este Registro de Preço.

DO FORO

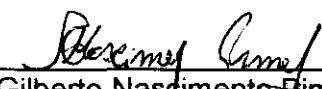
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA. As partes elegem o foro da Comarca de Belo Horizonte para dirimir dúvidas ou litígios eventualmente emergentes em decorrência desta Ata.

E por estarem assim ajustadas, as partes assinam a presente Ata.

Belo Horizonte, 30 de setembro de 2008.


Desembargador Sérgio Antônio de Resende
Presidente

Pelo Fornecedor:


Gilberto Nascimento Pimenta
Carla do Nascimento Guimarães & Cia Ltda


Guilherme Robson de Carvalho
Friomina Máquinas, Representações Ltda


Rita de Cássia Carvalho Castro


TEMPERCLIMA - Com. e Serv. em Equip. de Refrigeração e Ar Condicionado Ltda.

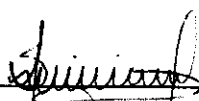
Ricardo Guerra Chaves
Temperclima - Comércio e Serviços em Equipamentos de Refrigeração e Ar Condicionado Ltda




ARCONGEL - Refrigeração Soares Ltda.


JOSÉ COSTA DE FÁRIA
José Costa de Faria
Arcongel Refrigeração Soares Ltda

Testemunhas:


T0061960


TJ2086-7

ANEXO I DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
QUANTITATIVO, MARCAS, PREÇOS E FORNECEDORES
(a que se refere a cláusula segunda da Ata de Registro de Preços 012/08)

LOTES	ESTIMATIVA DE AQUISIÇÃO	UN	ESPECIFICAÇÕES	MARCA	PREÇO UNITÁRIO R\$	FORNECEDORES
1	70	un	Aparelhos condicionadores de ar tipo "janela", com capacidade térmica de 7.500 BTU's/h;	Springer/DUO	534,27	CARLA DO NASCIMENTO GUIMARÃES & CIA LTDA
2	50	un	Aparelhos condicionadores de ar tipo "janela", com capacidade térmica de 10.000 BTU's/h;	Springer/Fca 105 bb	647,60	FRIOMINAS MÁQUINAS, REPRESENTAÇÕES LTDA
3	50	un	Aparelhos condicionadores de ar tipo "janela", com capacidade térmica de 12.000 BTU's/h;	ELGIN	819,60	TEMPERCLIMA -COMÉRCIO E SERVIÇOS EM EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO E AR CONDICIONADO LTDA
4	30	un	Aparelhos condicionadores de ar tipo "janela", com capacidade térmica de 18.000 BTU's/h;	ELGIN	997,94	ARCONGEL REFRIGERAÇÃO SOARES LTDA
5	30	un	Aparelhos condicionadores de ar tipo "janela", com capacidade térmica de 21.000 BTU's/h;	GREE	1.160,00	ARCONGEL REFRIGERAÇÃO SOARES LTDA
6	10	un	Aparelhos condicionadores de ar tipo "janela", com capacidade térmica de 30.000 BTU's/h.	ELGIN	1.585,06	ARCONGEL REFRIGERAÇÃO SOARES LTDA